

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0003086-30.2017.8.10.0001 Sessão virtual de 06-03-23
a 13-03-23 1º Apelante: Ministério Público do Estado do Maranhão 1º
Apelado: Ericleiton Lima Costa Defensor Público: Noé Meneses da Silva
Júnior 2º Apelante: Ericleiton Lima Costa Defensor Público: Eduardo
Henrique Salomão Silva 2º Apelado: Ministério Público do Estado do
Maranhão Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
Revisor: Desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro PENAL E
PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUTORIA.
INTELIGÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL. DEPOIMENTOS DE AGENTES POLICIAIS.
ELEMENTOS SUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. INCREMENTO DA PENA-
BASE. CRITÉRIO DIFERENCIADO DA FRAÇÃO DE 1/8. MAIOR DESVALOR DO AGIR DO
RÉU. POSSIBILIDADE. MÚLTIPLAS CONDENAÇÕES PRETÉRITAS DO AUTOR DO CRIME.
VALORAÇÃO COMO MAUS ANTECEDENTES. CABIMENTO. I- Evidenciada a
materialidade e autoria do crime de organização criminosa a partir de
robusto acervo probatório, constituído pelo trabalho do serviço de
inteligência da polícia, depoimentos dos agentes policiais, investigadores
e de testemunhas que atuavam na mesma facção, a improcedência do pleito
absolutório é a medida que se impõe. II - No propósito de fixar a pena-
base acima do mínimo legal e em patamar mais severo que o critério de um
oitavo do intervalo da pena, o juiz deve levar em conta as peculiaridades
do caso concreto e o maior desvalor da conduta para a escolha do quantum
de incremento. A conduta do réu, consistente na tarefa de executar as
ordens dos líderes da organização criminosa, entre as quais a eliminação
de pessoas, é fundamento suficiente para autorizar a elevação do parâmetro
de cálculo das circunstâncias judiciais. III - A partir do entendimento do
Superior Tribunal de Justiça, não cabe falar de multirreincidência quando
há condenação por fato anterior, mas com trânsito em julgado posterior ao
crime em análise, podendo, porém, esta condenação justificar o
reconhecimento dos maus antecedentes. IV - É devida a valoração negativa
dos antecedentes criminais quando o réu possui múltiplas condenações por
crimes pretéritos com trânsito em julgado, sendo razoável o incremento da
pena-base por critério superior ao de um oitavo do intervalo das penas
mínima e máxima, na hipótese em que há mais de uma condenação sopesada
nesta circunstância. V - Apelos conhecidos, sendo o primeiro provido e o
segundo desprovido. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos
SANTOS Júnior Desembargador Relator (ApCrim 0003086-30.2017.8.10.0001,
Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA
CRIMINAL, DJe 14/03/2023)